



DFS HOLDING S.A.
CNPJ nº 22.932.699/0001-60



www.dellys.com.br

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Balancos patrimoniais				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	6	89.963	141.351
Contas a receber	5	–	310.883	199.554
Estoque de mercadorias	6	48	324.082	241.684
Impostos a recuperar	7	925	78.957	75.073
Dividendos a receber		499	852	–
Adiantamentos a fornecedores		–	460	292
Outros créditos		50	19.114	10.597
Total do ativo circulante		1.528	1.846	823.459
Não circulante				
Depósitos judiciais	16	–	–	48.176
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22b	3.342	4.640	52.501
Partes relacionadas	11	4.308	2.285	–
Outros créditos		–	–	14.360
Investimentos	8	745.020	642.151	–
Imobilizado	9	1.010	1.252	136.412
Intangível	10	7.094	7.967	576.294
Ativo de direito de uso	23	458	1.294	113.621
Total do ativo não circulante		761.232	659.589	941.364
Total do ativo		762.760	661.435	1.764.823

Demonstrações dos resultados abrangentes				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro do exercício	41.300	30.098	42.476	30.098
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total do exercício	41.300	30.098	42.476	30.098
Participação dos acionistas controladores	–	–	–	–
Participação dos acionistas não controladores	–	–	1.176	–
			42.476	30.098

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido									
	Nota	Capital social		Reserva legal	Transação entre sócios	Reserva de lucros retidos	Lucros (prejuízos) acumulados	Não controladores	
		2022	2021					2022	2021
Saldos em 31 de dezembro de 2020		529.710	2.935	–	(102.450)	25.705	–	455.900	–
Integralização de capital social	17	161.878	–	–	–	–	–	161.878	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	30.098	30.098	–
Constituição de reserva legal		–	–	1.514	–	–	(1.514)	–	–
Constituição de reserva de lucros retidos		–	–	–	–	28.584	(28.584)	–	–
Distribuição de dividendos		–	–	–	–	(288)	–	(288)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		691.588	4.449	(102.450)	54.001	–	–	647.588	–
Integralização de capital social	17	64.549	–	–	–	–	–	64.549	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	41.300	41.300	1.176
Constituição de reserva legal		–	–	2.056	–	–	(2.056)	–	–
Transferência para reserva		–	–	–	–	39.244	(39.244)	–	–
Dividendos propostos		–	–	–	–	(391)	–	(391)	(1.081)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		756.137	6.505	(102.450)	92.854	–	–	753.046	486

Notas explicativas

1. Contexto operacional: A DFS Holding S.A. ("Companhia"), companhia fechada de direito privado, foi constituída em 25 de maio de 2015 e possui sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem como objetivo social a participação em outras sociedades do ramo alimentício, como sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior. **1.1. Transações societárias relevantes:** 1.1.1. **Combinações de negócios:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, através da controlada Oesa Comércio e Representações S.A. ("Oesa"), a Companhia adquiriu participações societárias nas seguintes empresas: Fröhlich S/A Indústria e Comércio de Cereais, localizada na cidade de Ivoí (RS); Porto Importadora e Distribuidora de Alimentos Ltda., sediada em Porto Seguro (BA); SF Distribuidora de Alimentos Ltda. baseada em Eunápole (BA) e Três Passos Alimentos Ltda., com sede em São Paulo (SP). Adicionalmente, através da controlada Imperial Importação e Exportação Ltda., adquiriu a ComercialW Comércio de Produtos para Restaurantes Eireli, LogW Serviços de Transportes Eireli e WFS Holding de Participações Societárias S.A., todas estabelecidas na cidade de Hortolândia (SP). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Oesa adquiriu participações societárias nas seguintes empresas: Cerealista Nova S.A. Ltda., sediada em Contagem (MG); Flecha Foods Ltda. e Frios Transportadora Ltda., estabelecidas em Linhares (ES); Johann Alimentos Ltda. e Noia Alimentos Ltda. com base em Estância Velha (RS). As operações adquiridas são complementares às atividades da Companhia e visam aumentar sua participação de mercado e seu portfólio de produtos. Os detalhes das aquisições estão descritos na nota 3.3, combinação de negócios. 1.1.2. **Transações societárias relevantes:** **Incorporações:** Ao longo do exercício de 2022 as seguintes operações de incorporação foram realizadas: (i) As controladas Congebras Alimentos S.A.; Johann Alimentos Ltda.; Noia Alimentos Ltda.; Cerealista Nova S.A. Ltda.; Porto Import Distribuidora de Alimentos Ltda.; SF Distribuidora de Alimentos Ltda.; e Flecha Foods Ltda.; foram incorporadas por Oesa Comércio e Representações S.A.; e (ii) A controlada Frios Transportadora Ltda. foi incorporada pela controlada Hok Transportes Ltda. No decorrer do exercício de 2021 as seguintes controladas foram incorporadas: (i) MGFrio Armazém Gerais Ltda., incorporada por Oesa Comércio e Representações S.A.; e (ii) DB Distribuidora de Alimentos Ltda., incorporada por Congebras Alimentos S.A. As incorporações realizadas tiveram como propósito gerar ganhos de sinergia operacional e administrativa entre as operações. O acervo líquido de casa empresa incorporadas estão demonstrados a seguir.

	Congebras	Johann	Noia	Nova Safra	Porto Import	Sul Frios	Flecha	Frios Transportadora	Total
Data da incorporação	31/10/2022	30/04/2022	30/04/2022	30/04/2022	30/09/2022	30/09/2022	19/03/2022	19/03/2022	31/12/2022
Ativos									
Circulantes									
Caixa e equivalentes de caixa	5.952	24.458	2.240	9.606	72	248	828	106	43.510
Contas a receber	15.109	–	3.680	22.670	1.738	2.674	4.360	73	50.304
Estoque de mercadorias	6.785	30.141	4.077	34.423	2.072	3.329	5.394	–	86.221
Impostos a recuperar	7.143	6.061	171	9.375	45	179	1.371	–	24.345
Dividendos a receber	1.035	–	–	–	–	–	–	–	1.035
Outros créditos	1.680	25.090	101	2.421	371	44	165	1	29.873
Total dos ativos circulantes	37.704	85.750	10.269	78.495	4.298	6.474	12.118	180	235.288
Não circulantes									
Depósitos judiciais	948	–	–	4.347	–	–	32	–	5.327
Imposto a recuperar	5.070	–	82	453	33	57	463	–	6.158
Empréstimos para partes relacionadas	6.037	–	–	40.377	–	–	–	–	46.414
Outros créditos	–	–	21	2.070	–	–	1.155	–	3.246
Investimentos	184.052	–	–	–	–	–	–	–	184.052
Imobilizado	3.698	25.503	1.487	12.925	190	2.170	3.536	–	49.509
Intangível	18.313	22	–	7.426	447	784	1.670	–	28.662
Total dos ativos não circulantes	218.118	25.525	1.590	67.598	670	3.011	6.856	–	323.368
Passivos									
Circulantes									
Empréstimos e financiamentos	–	38	–	–	696	1.693	–	–	2.427
Arrendamento mercantil	2.817	–	–	2.714	71	120	1.719	–	7.441
Fornecedores	20.876	34.551	5.228	40.807	1.771	4.765	4.144	–	112.142
Obrigações trabalhistas	45	7.427	1.228	3.145	173	683	221	324	13.246
Contas a pagar com partes relacionadas	5.085	–	1.166	27.554	–	–	–	–	33.805
Dividendos a pagar	1.065	–	–	–	–	–	–	–	1.065
Impostos a recolher	912	2.514	30	1.907	241	65	1.167	65	6.901
Tributos parcelados	–	–	–	278	–	–	–	–	278
Outras contas a pagar	2.528	116	83	1.000	42	151	497	59	4.476
Total dos passivos circulantes	33.328	44.646	7.735	77.405	2.994	7.477	7.748	448	181.781
Não circulantes									
Empréstimos e financiamentos	–	365	–	–	–	502	–	–	867
Arrendamento Mercantil	5.721	–	–	2.128	385	669	–	–	8.903
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.387	–	–	916	–	4	913	–	3.220
Empréstimos com partes relacionadas	–	–	–	756	–	–	–	–	756
Outras contas a pagar	10.095	–	–	–	80	255	1	36	10.467
Total dos passivos não circulantes	17.203	365	–	3.800	465	1.430	914	36	24.213
Acervo líquido	205.291	66.264	4.124	64.888	1.509	578	10.312	(304)	352.662

	MG Frios	DB	Total
Data da incorporação	30/09/2021	31/10/2021	31/12/2021
Ativos			
Circulantes			
Contas a receber	12	10.947	10.959
Estoque de mercadorias	–	11.637	11.637
Impostos a recuperar	10	9.652	9.662
Outros créditos	58	525	583
Total dos ativos circulantes	80	32.761	32.841
Não circulantes			
Depósitos judiciais	–	7.567	7.567
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	1.035	1.035
Empréstimos para partes relacionadas	4.355	–	4.355
Outros créditos	1	772	773
Imobilizado	1.580	1.056	2.636
Intangível	99	1.724	1.823
Ativo de direito de uso	8.505	2.974	11.479
Total dos ativos não circulantes	14.540	15.128	29.668
Passivos			
Circulantes			
Fornecedores	229	12.874	13.103
Arrendamento Mercantil	485	154	639
Contas a pagar com partes relacionadas	–	483	483
Obrigações trabalhistas	9	2.028	2.037
Impostos a recolher	433	1.684	2.117
Outras contas a pagar	14	1.305	1.319
Total dos passivos circulantes	1.170	18.528	19.698
Não circulantes			
Arrendamento Mercantil	9.101	2.972	12.073

Demonstrações dos resultados				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita líquida	18	–	–	3.973.841
Custo das mercadorias vendidas	19	–	–	(3.286.152)
Lucro bruto	–	–	–	687.689
Recargas (despesas) operacionais	19	–	–	(502.962)
Despesas com vendas	19	(22.188)	(15.556)	(112.010)
Despesas gerais e administrativas	8	60.336	38.653	–
Equivalência patrimonial	20	4.612	4.938	9.016
Outras receitas operacionais, líquidas	–	–	–	27.040
Lucro operacional antes do resultado financeiro		42.760	28.035	81.733
Resultado financeiro		–	–	53.934
Receitas financeiras	21	–	4	39.388
Despesas financeiras	21	(162)	(132)	(57.211)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		42.598	27.907	63.910
Imposto de renda e contribuição social		–	–	37.984
Correntes	22 a	–	–	(28.822)
Diferidos	22 a	(1.298)	2.191	7.388
Lucro do exercício		41.300	30.098	42.476
Participação dos acionistas controladores		–	–	41.300
Participação dos acionistas não controladores		–	–	1.176
Lucro básico por ação - em reais		–	–	0,0580

Demonstrações dos fluxos de caixa				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do exercício	41.300	30.098	42.476	30.098
Ajustes para conciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	9,10	2.031	860	131.318
Baixa do ativo imobilizado e intangível	9,10	–	1	12.893
Provisão de juros sobre aquisição de investimentos	–	–	–	17.176
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	–	–	206
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	–	–	7.646
Provisão para perda de estoques	6	–	–	872
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	50	11.839
Equivalência patrimonial	8 (60.338)	(39.016)	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,298	(2.191)	(6.650)	(13.776)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(2.023)	–	(65.560)	(26.299)
Estoque de mercadorias	(48)	–	(27.231)	(26.789)
Impostos a recuperar	(50)	(782)	13.994	(18.260)
Outros créditos	6	24	(6.655)	(9.326)
Adiantamentos a fornecedores	–	301	(168)	(51)
Depósitos judiciais	–	–	(8.051)	(11.193)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(356)	219	63.760	35.828
Obrigações trabalhistas	841	2.327	9.222	4.766
Impostos a recolher	(40)	(13)</		

★ continuação

2.2. Bases de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para discussões legais e determinação do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos e imposto de renda e contribuição social diferidos, entre outras. O resultado real das transações e informações, quando da efetiva realização, pode divergir das estimativas. **3. Principais práticas contábeis:** **3.1. Base de consolidação e investimento em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. **Base de consolidação:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas da DFS incluem:

Nome	Principal Atividade	Participação - %	
		2022	2021
Congelados Alimentos S.A. (1)	Distribuição de Alimentos	100,00%	100,00%
Oesa Comércio e Representações S.A.	Distribuição de Alimentos	100,00%	68,75%
MG Log Distribuição e Logística Ltda.	Transportes rodoviários	0,01%	99,99%
Hok Transportes Ltda.	Transportes rodoviários	100,00%	0,01%
Imperial Importação e Exportação Ltda.	e Distribuição de Alimentos	100,00%	0,99%
Cerealista Nova Safra Ltda. (2)	Distribuição de Alimentos	100,00%	100,00%
Flecha Foods Ltda. (2)	Distribuição de Alimentos	100,00%	100,00%
Frios Transportada Ltda. (1)	Transportes Rodoviários	100,00%	100,00%
Johann Alimentos Ltda. (1)	Distribuição de Alimentos	100,00%	100,00%
Noia Alimentos Ltda. (1)	Distribuição de Alimentos	100,00%	100,00%

(1) Incorporada por OESA em 2022; (2) Incorporada por HOK em 2022. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações da Companhia e de suas controladas. As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: a) **Controladas:** Controladas são as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre Companhia e saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do mesmo grupo são eliminadas. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda ("impairment") do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas e as suas demonstrações financeiras individuais são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados com as práticas adotadas pela Companhia. b) **Transações e participações não controladoras:** Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido. Quando para de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada a seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. **3.3. Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuem significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. As operações relevantes realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão abaixo descritas: **Transações em 2022:** a) **Fröhlich S/A Indústria e Comércio de Cereais ("Fröhlich"):** Em 12 de janeiro de 2022 a controlada OESA adquiriu a sociedade, pelo valor de R\$ 159.193. A empresa com sede na cidade de Ivotí, (RS) tem uma carteira de mais de 14 mil clientes e atua em duas grandes vertentes: comercial atacadista e como distribuidor (varejo e para *food service*). A Empresa é proprietária das

marcas Fritz & Frida, Frily e Frilar. b) **Porto Import Distribuidora de Alimentos Ltda. ("Porto Import")** Em 1º de julho de 2022 a controlada OESA adquiriu a sociedade, pelo valor de R\$ 16.108. A Empresa com sede na cidade de Porto Seguro, (BH). A Porto Import está há 20 anos no mercado, atende toda a região sul da Bahia, distribuindo bebidas e alimentos importados e nacionais das mais variadas marcas, sendo atacado e varejo. c) **SF Distribuidora de Alimentos Ltda. ("SULFRIO"):** A controlada OESA Comércio e Representações S.A. adquiriu, em 1º de julho de 2022, adquiriu a sociedade pelo valor de R\$ 7.470. A Empresa com sede na cidade de Eunápolis (BH) e conta com 18 anos de atuação naquele mercado. A SULFRIO atua com atacado e distribuição de congelados e resfriados na região nordeste, especificamente no estado da Bahia. d) **ComercialW Comércio de Produtos para Restaurantes Eireli ("ComercialW"):** Em 01 de agosto de 2022 a controlada Imperial Importação e Exportação Ltda. adquiriu a sociedade, pelo valor de R\$ 16.576. A Empresa tem sede na cidade de Hortolândia, (SP). A ComercialW oferece um portfólio completo de

soluções para o *food service*. e) **LOGW Serviços de Transportes Eireli ("LOGW"):** A Imperial Importação e Exportação Ltda. adquiriu a sociedade em 01 de agosto de 2022 pelo valor de R\$ 6.910. A Empresa tem sede na cidade de Hortolândia (SP) e iniciou suas atividades em 10 de julho de 2017. A principal atividade da empresa é o transporte rodoviário de produtos alimentícios. f) **Três Passos Alimentos Ltda. ("Três Passos"):** Adquirida em 01 de agosto de 2022 pela controlada OESA Comércio e Representações S.A. pelo valor de R\$ 43.572. A Empresa tem sede na cidade de São Paulo (SP) e atua no segmento de *food service*. g) **Siqueira Ferreira Comércio de Carnes Eireli ("Siqueira Ferreira")** e **WFS Holding de Participações Societárias S.A. ("WFS Holding")**. A empresa foi adquirida em 1º de agosto de 2022 pela controlada Imperial Importação e Exportação Ltda., pelo valor de R\$ 18.398. Tem sua sede na cidade de Hortolândia (SP). A Siqueira oferece um portfólio completo de soluções para o *food service*.

	Fröhlich S/A Indústria e Comércio de Cereais	Porto Import Distribuidora de Alimentos Ltda.	SF Distribuidora de Alimentos Ltda.	ComercialW Comércio de Produtos para Restaurantes Eireli	Logw Serviços de Transportes Eireli	Siqueira Ferreira Com. de Carnes Eireli & WFS Holding de Part.Soc S/A	Três Passos Alimentos Ltda.
Data de aquisição	12/01/2022	01/07/2022	01/07/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
Porcentagem adquirida do capital votante	100%	100%	100%	70%	70%	70%	100%
	Oesa Com. e Rep. S.A.	Oesa Com. e Rep. S.A.	Oesa Com. e Rep. S.A.	Imperial Import. e Export. Ltda.	Imperial Import. e Export. Ltda.	Imperial Import. e Export. Ltda.	Oesa Com. e Rep. S.A.
Adquirente							
Caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos equivalentes	16.069	500	9	150	261	140	2.390
Contas a receber	26.838	1.069	2.701	5.422	763	2.181	7.002
Estoques	32.480	1.559	2.154	3.976	-	1.804	14.066
Impostos a recuperar	16.100	117	436	152	-	150	921
Outros ativos	3.523	21	41	730	48	237	191
Impostos diferidos	1.922	-	-	485	-	75	177
Investimentos	265	-	-	-	-	-	265
Imobilizado - (a)	19.978	405	5.478	357	4.243	4.546	115
Intangível	6.033	-	-	-	128	1.743	222
Direito uso	50	472	45	-	-	-	567
Empréstimos, financiamentos	-	(893)	(4.169)	(4.201)	(1.760)	(9.867)	(4.094)
Fornecedores	(24.195)	(1.012)	(3.098)	(8.492)	(201)	(2.455)	(9.609)
Folha de pagamento, obrigações sociais e trabalhistas	(4.568)	(126)	(445)	-	(748)	(147)	(536)
Imposto a pagar	(1.749)	(166)	(252)	(113)	(239)	(27)	(1.469)
Passivo de arrendamento	(8.763)	-	-	-	-	-	(8.763)
Outros passivos não operacionais	(87)	(552)	(256)	(226)	(249)	(2.145)	(3.515)
Provisões para litígio	(5.654)	-	(4)	-	(32)	(293)	(5.983)
Outros passivos	(1.563)	(24)	(106)	(94)	(403)	(107)	(518)
Total do acervo líquido	76.679	1.370	2.534	(1.854)	1.811	(4.165)	8.858
Contraprestação transferida a valor justo	159.193	16.108	7.470	16.576	6.010	18.398	43.572
Ativos intangíveis identificados							
Marcas	19.129	1.292	2.557	2.239	282	2.016	6.788
Acordo de não competição	4.241	552	332	888	1.799	7.642	2.740
Carteira de clientes	21.022	2.521	467	4.450	-	5.320	12.500
Total dos ativos intangíveis identificáveis	44.392	4.365	3.356	7.577	2.081	14.978	22.028
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	38.122	10.373	1.580	10.853	2.118	7.585	12.686

(a) - Na composição do saldo de imobilizado encontra-se o montante de R\$ 15.559 de mais-valia. A vida útil estimada para os ativos foi assim definida:

Adquirida	Ano de aquisição	Marca	Acordo de não competição	Carteira de clientes	Imobilizado
Fröhlich S/A Ind. e Comércio de Cereais	2022	8 anos	5 anos	12 anos	10,4 anos
Porto Import Distrib. de Alimentos Ltda.	2022	9 anos	5 anos	9 anos	6,7 anos
SF Distribuidora de Alimentos Ltda	2022	9 anos	5 anos	3 anos	7,6 anos
ComercialW Com. de Prod. para Restaurantes	2022	10 anos	5 anos	16 anos	-
LogW Serviços de Transportes Eireli	2022	9 anos	5 anos	-	8,8 anos
WFS Holding de Part. Societárias S.A.	2022	10 anos	5 anos	22 anos	14,1 anos
Três Passos Alimentos Ltda.	2022	8 anos	5 anos	9 anos	5,7 anos

Custos incorridos: A Companhia incorreu em custos relacionados às aquisições no valor de R\$ 1.174 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como Despesas administrativas na demonstração de resultado. **Informações sobre o desempenho operacional:** Os montantes das receitas líquidas e dos resultados líquidos do período de cada adquirida a partir da data da aquisição que foram incluídos na demonstração consolidada do resultado estão abaixo indicados:

	Resultado das adquiridas em 2022 a partir da data de aquisição						
	Fröhlich S/A Indústria e Comércio de Cereais	Porto Import Distribuidora de Alimentos Ltda.	SF Distribuidora de Alimentos Ltda.	ComercialW Comércio de Produtos para Restaurantes Eireli	Logw Serviços de Transportes Eireli	Siqueira Ferreira Comércio de Carnes Eireli & WFS Holding de Participações Societárias S.A	Três Passos Alimentos Ltda.
Receita líquida vendas	447.125	5.693	15.032	61.626	9.794	25.877	62.122
Lucro (prejuízo) líquido	22.403	351	(311)	(178)	2.643	1.462	2.097
	Resultado das adquiridas em 2022 caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2022						
	Fröhlich S/A Indústria e Comércio de Cereais	Porto Import Distribuidora de Alimentos Ltda.	SF Distribuidora de Alimentos Ltda.	ComercialW Comércio de Produtos para Restaurantes Eireli	Logw Serviços de Transportes Eireli	Siqueira Ferreira Comércio de Carnes Eireli & WFS Holding de Participações Societárias S.A	Três Passos Alimentos Ltda.
Receita líquida vendas	447.125	16.829	32.704	124.687	18.689	56.206	146.000
Lucro (prejuízo) líquido	22.403	6.100	(3.225)	1.921	2.900	(5.344)	6.723

Transações em 2021: Ativos adquiridos e passivos assumidos:

	Nova Safra	Fecha	Frios	Johann	Nóia	
	04/01/2021	30/06/2021	30/06/2021	31/08/2021	31/08/2021	Total
Data de aquisição	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Percentual adquirido	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Ativos						
Caixas e equivalentes	15.172	972	75	7.541	861	24.621
Contas a receber	16.184	4.282	9	15.425	2.941	38.841
Estoques	30.369	3.377	-	21.444	3.617	58.807
Impostos a recuperar	-	203	-	14.704	199	15.106
Outros ativos	20.025	-	11	1.769	6	21.811
Imobilizado, Intangível, Direito uso	23.149	4.228	-	25.352	2.027	54.756
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	(4.623)	-	-	(438)	-	(438)
Fornecedores	(24.623)	(4.231)	-	(23.647)	(3.737)	(56.238)
Obrigações sociais e trabalhistas	(3.653)	(233)	(90)	(6.296)	(973)	(11.245)
Imposto a pagar	(5.714)	(850)	(57)	(2.273)	(131)	(9.025)
Outros passivos não operacionais	(16.717)	(1.940)	-	(7)	(1.168)	(19.832)
Provisões para litígio	(680)	-	-	(90)	-	(90)
Outros passivos	(80)	-	-	(584)	(75)	(1.339)
Total do acervo líquido	53.512	5.808	(52)	52.900	3.567	115.735
Contraprestação transferida a valor justo	154.085	40.104	1.006	142.289	28.791	366.275
Ativos identificáveis						
Mais-valia de ativos imobilizados	6.772	3.595	-	4.753	1.467	16.587
Valor justo da marca	24.684	4.160	-	14.915	2.705	46.464
Valor justo de acordo de não competição	8.687	1.355	34	5.914	2.380	18.370
Valor justo da carteira de clientes	21.188	3.618	-	19.274	2.496	46.576
Total dos ativos identificados a valor justo	61.331	12.728	34	44.856	9.048	127.997
Total dos ativos alocados	39.242	21.568	1.024	44.533	16.176	122.543

a) **Cerealista Nova Safra Ltda. ("Nova Safra"):** Em 04 de janeiro de 2021 adquiriu a sociedade, pelo valor de R\$154.085. A Empresa com sede na cidade de Contagem, estado de Minas Gerais, atua no comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; comércio atacadista e varejista de água mineral, cerveja, chope, refrigerante, vinho e demais bebidas; comércio atacadista e varejista de outros produtos alimentícios, inclusive enlatados e congelados; comércio atacadista e varejista de artigos, utensílios, máquinas e equipamentos de uso pessoal e doméstico, material de limpeza, artigos de armarinho, artigos descartáveis, embalagens, vestuário e acessórios, artigos de EPI (equipamento de proteção industrial), artigos de higiene, maquinários e equipamento industrial para panificação, sorveterias, lanchonetes, mercearias e demais segmentos do comércio; importação e exportação, por conta própria ou de terceiros, dos mesmos produtos; prestação de serviço de cursos, consultoria, assessoria, treinamento e desenvolvimento empresarial nas áreas de panificação, confeitaria e culinária. b) **Flecha Foods Ltda.:** Em 30 de junho de 2021 a Controlada Oesa comércio e representações S.A. adquiriu a Empresa Flecha Foods Ltda. ("Flecha"), uma distribuidora com sede em Linhares no Espírito Santo e filial em Teixeira de Freitas na Bahia, com mais de 23 anos de experiência em distribuição de frios e congelados em geral. c) **Frios Transportadora Ltda.:** Em 30 de junho de 2021 a Controlada HOK Transportes Ltda. adquiriu a Empresa Frios Transportadora Ltda. ("Frios"), com sede na Cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo, atuante no mercado de transporte rodoviário desde 2017. d) **Johann Alimentos Ltda.:** Em 31 de agosto de 2021 a Controlada Oesa Comércio e Representações S.A. adquiriu a Empresa Johann Alimentos Ltda. ("Johann"), com sede em Estância Velha no estado do Rio Grande do Sul, está no mercado há mais de 45 anos liderando o serviço de distribuição de alimentos na região sul do país. e) **Nóia Alimentos Ltda.:** Em 31 de agosto de 2021 a Controlada Oesa Comércio e Representações S.A. adquiriu a Empresa Nóia Alimentos Ltda. ("Nóia"), presente no Rio Grande do Sul, na região do Vale dos Sinos, Vale do Paranhana, Vale do Cai, Região das Hortências, Porto Alegre e Grande Porto Alegre, a Nóia Alimentos é uma empresa focada em distribuição de alimentos. **3.4. Investimentos:** Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. **3.5. Contas a receber:** As contas a receber de cliente são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal após a provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise dos valores a receber, considerando o conceito de perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras ou eventos que já indiquem a não realização desses valores, em montante considerado

suficiente pela administração da Companhia e de sua controlada para cobertura de prováveis perdas na realização, conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 5. **3.6. Demonstração do valor adicionado (DVA):** Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas empresas e sua distribuição durante determinado exercício. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"). **3.7. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, entre os dois, o menor. Custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são agregados ao custo de aquisição, sendo valorizados ao custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **3.8. Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. As vidas úteis estimadas são apresentadas a seguir: **Classe de imobilizado**

Máquinas e equipamentos	Vida útil
Móveis e utensílios	4% a 13% a.a.
Equipamentos de telecomunicação	5% a 17% a.a.
Equip	

★ continuação

amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **3.13. Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **3.14. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação determinada para liquidar a obrigação presente, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação, de acordo com os assessores jurídicos, internos e externos. **3.15. Reconhecimento de receita:** O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. **Venda de mercadorias:** As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. **Prestação de serviços:** A receita de serviços de transporte é reconhecida com base na movimentação de mercadorias pela frota da Companhia, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados. **Receita de juros:** Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício. **3.16. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatário:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.17. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes são com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque incluem e exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens que não são tributáveis ou dedutíveis. O passivo referente aos impostos correntes da Companhia é apurado com base nas alíquotas em vigor no fim do exercício, ou seja, 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, a controlada MG Log Distribuição e Logística Ltda. e Frios Transportada Ltda. optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido da controlada é calculada à razão de 8% sobre as receitas de serviços de transporte, 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Dessa forma, as Empresas não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. O imposto diferido é proveniente de diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis, e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias, quando elas reverterem, tendo como base as leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas nas datas dos balanços. Os impostos ativos diferidos consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados nas datas dos balanços, e são sujeitos à provisão para perda à medida que sua realização não seja mais provável. **3.18. Incentivos fiscais:** A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz econômica dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal. **3.19. Reapresentação das demonstrações financeiras:** A Companhia está apresentando suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") pela primeira vez. Não houve alteração relevante quando da adoção do IFRS, no entanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão sendo reapresentadas para incluir a demonstração do valor adicionado e para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas, de forma a permitir a adequada comparabilidade entre os exercícios. Adicionalmente, alguns valores de exercícios correspondentes foram reclassificados entre as rubricas de custos, despesas administrativas e com vendas para melhor comparabilidade em relação aos saldos de 31 de dezembro de 2022. A administração considerou que os valores não são relevantes fins de representação. **3.20. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2022:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos.

Notas explicativas da DFS HOLDING S.A.

A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual uma vez que à Companhia não possui empréstimos contratados. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionar guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando se haverá impacto dessas alterações em suas demonstrações financeiras. **3.21. Pronunciamentos novos ou revisados pela primeira vez em 2022:** O Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). As alterações aplicáveis a Companhia e suas controladas estão abaixo relacionadas. Não houve impacto nas demonstrações financeiras como resultado da aplicação dessas normas pela Companhia e suas controladas. **Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).** As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. **Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. **Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido:** A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. **Referências à Estrutura conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. **IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez:** A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. **IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros):** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. **3.22 - Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** **Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (arrendatário):** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de beneficiárias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo nas operações da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que, a Companhia normalmente aluga-os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em

informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato:** A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência - as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato estão divulgadas na nota explicativa 5. **Tributos:** Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide nota explicativa 22. **Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 24 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subsequentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideram a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto. **Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Empresa. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	-	-	899	939
Bancos - conta movimento	6	-	27.554	52.510
Aplicações de liquidez imediata	-	61	61.510	87.902
	6	61	89.963	141.351

Aplicações de liquidez imediata são representadas por aplicações financeiras de liquidez imediata (Certificados de Depósito Bancário - CDBs), registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, remunerados a taxas 101,19 % ao ano com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixos, portanto, a Companhia e suas controladas possuem o direito de resgate imediato.

5. Contas a receber:

	Consolidado	2022	2021
Clientes - mercado interno	319.036	207.501	
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(8.153)	(7.947)	
	310.883	199.554	

A composição do saldo por faixa de vencimento está apresentada a seguir:

	Consolidado	2022	2021
A vencer	274.577	175.969	
0 a 30 dias	36.954	20.559	
31 a 60 dias	3.106	3.299	
61 a 90 dias	2.287	2.228	
Há mais de 90 dias	2.112	5.446	
	319.036	207.501	

A movimentação da estimativa para perdas esperadas no exercício está detalhada a seguir:

	Consolidado	2022	2021
Saldo no início do exercício	(7.947)	(8.921)	
Adições	(25.068)	(23.796)	
Reversões	24.862	24.770	
Saldo no final do exercício	(8.153)	(7.947)	

O saldo da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente a duplicatas vencidas há mais de 90 dias e/ou com alto risco de não recebimento.

A Companhia monitora constantemente o saldo de recebíveis, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada e quando na menor expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, constitui-se a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

6. Estoque de mercadorias:

	Consolidado	2022	2021
Estoque de mercadorias para revenda	320.979	231.848	
Provisão para realização de estoques	(1.822)	(950)	
Adiantamento a fornecedores mercado externo	4.925	10.786	
	324.082	241.684	

Os estoques são constituídos por diversos produtos alimentícios para revenda, bem como antecipações de compras. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não há concentração em um produto principal e o giro do estoque é compatível para a expectativa de venda futura. A movimentação da provisão para realização de estoques no exercício está detalhada a seguir:

	Consolidado	2022	2021
Saldo no início do exercício	(950)	(4.106)	
Constituição de provisão	(6.370)	(9.105)	
Reversão de provisão	5.498	12.261	
Saldo no final do exercício	(1.822)	(950)	

7. Impostos a recuperar:

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	Controladora	Consolidado	2022	2021
ICMS a recuperar	-	-	22.617	10.299
IRPJ	614	556	3.538	2.210
Contribuição social	213	213	1.151	918
PIS/COFINS a recuperar	98	48	49.260	60.409
Imposto de renda retido s/aplicações financeiras	-	58	943	390
Outros	-	-	1.448	847
	925	875	78.957	75.073

No decorrer do ano de 2021 as investidas Oesa, Nova Safra, Congebras e Imperial obtiveram trânsito em julgado nas ações tributárias que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O trânsito em julgado das ações contribuiu para o aumento significativo dos saldos de impostos a recuperar. Os valores registrados estão sendo compensados com valores devidos de impostos federais. **8. Investimentos:** A composição dos investimentos em 31 de dezembro é composta da seguinte forma:

	Controladora	2022	2021
Investimento	733.554	630.636	
Mais-valia de ativos adquiridos	106	161	
Ágio	11.360	11.354	
	745.020	642.151	

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

A movimentação do saldo de investimento é assim demonstrada:

	Controladora	
	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro	642.151	461.932
Equivalência patrimonial	60.336	38.653
Aporte de capital	46.219	141.877
Dividendos distribuídos por controlada	(3.687)	(311)
Saldo em 31 de dezembro	745.020	642.151

Informações relevantes sobre as controladas

	2022									
	Quantidade total de ações	%	Capital social	Patrimônio líquido	Investimento	Receita líquida	Lucro líquido das controladas	Participação sobre o resultado	Amortização mais-valia	Resultado equivalente
Controladas	23.749.804	100,00%	483.847	743.993	733.544	2.556.760	66.464	66.464	(49)	66.464
Oesa S/A	-	-	16.499	30.138	-	133.247	(6.084)	(6.084)	-	(6.084)
Congebbras	1	0,01%	2.492	9.322	1	84.175	31.518	3	-	3
MGLOG	1	0,01%	43.162	67.609	6	316.951	9.558	1	-	1
Imperial	1	0,01%	16.499	30.138	3	133.247	13.639	1	-	1
Hok	1	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total					733.554			60.385	(49)	60.385

	2021									
	Quantidade total de ações	%	Capital social	Patrimônio líquido	Investimento	Receita líquida	Lucro líquido das controladas	Participação sobre o resultado	Amortização mais-valia	Resultado equivalente
Controladas	16.008.639	100,00%	584.179	993.466	231.250	185.299	29.669	29.669	(314)	29.355
Oesa S/A	14.174.506	68,75%	397.249	580.821	399.381	1.471.998	13.596	9.346	(49)	9.297
Imperial	1	0,01%	13.136	28.025	3	309.056	8.081	1	-	1
Hok	1	0,01%	14.598	20.157	2	80.875	2.313	-	-	-
Total					630.636			39.016	(363)	38.653

Informações contábeis resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2022

Nome	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
Oesa S/A	584.179	993.466	494.796	338.856	743.993	2.578.762	76.913
HOK Transportes Ltda.	3.135	50.890	23.606	281	30.138	133.247	13.637
MG LOG Transp. Rodoviários e Logística	1.569	17.125	9.372	-	9.322	84.175	31.518
Fröhlich S/A Indústria e Comércio de Cereais	119.893	17.643	50.786	5.850	80.900	447.125	22.403
Três Passos Alimentos Ltda.	23.286	450	9.434	1.105	13.197	62.122	2.097
Imperial Distribuidora	63.876	70.876	37.314	29.829	67.609	316.951	9.557
Comercial W Com. de Prod. para Rest. Ltda.	25.337	517	25.271	2.699	(2.116)	61.626	(178)
LOG W Serviços de Transportes Ltda.	7.848	2.164	7.251	1.334	1.427	9.794	2.643
WFS Holding de Particip. Societárias S/A	-	1.621	-	-	1.621	3.919	3.919
Siqueira Ferreira Comércio de Carnes Ltda.	8.689	6.788	8.193	4.976	2.308	25.877	1.462

9. Imobilizado:

	Controladora				
	2022	2021			
Móveis e utensílios	5% - 17%	176	(92)	(84)	101
Máquinas e equipamentos	4% - 13%	8	(4)	(4)	4
Equipamentos de Informática	6% - 20%	334	(276)	(58)	100
Benefitorias em imóveis de terceiros	3% - 10%	1.223	(359)	(864)	1.047
Equipamentos de telecomunicação	6% - 20%	1	(1)	-	-
Total		1.742	(732)	1.010	1.252

	Controladora				
	2022	2021			
Edificações	1,3% - 4%	32.834	(5.545)	27.289	31.711
Terrenos	0%	-	-	-	1.028
Veículos	7% - 20%	125.015	(69.391)	55.623	40.104
Móveis e utensílios	5% - 17%	22.455	(14.303)	8.152	8.318
Máquinas e equipamentos	4% - 13%	47.084	(25.124)	21.960	13.146
Equipamentos de Informática	6% - 20%	18.685	(11.504)	7.181	4.423
Imobilizado em andamento	-	1.298	-	1.298	2.419
Benefitorias em imóveis de terceiros	3% - 10%	19.372	(4.463)	14.909	12.369
Equipamentos de telecomunicação	6% - 20%	1	(1)	-	32
Total		266.744	(130.331)	136.412	113.550

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

	Controladora			
	2021	Movimentação		2022
Saldo no início do exercício	101	-	(17)	1
Adições	4	-	(1)	1
Depreciação	8	(51)	-	57
Baixa e transferências	1.047	(181)	(2)	864
Saldo final do exercício	1.252	8	(250)	1.010

	Controladora			
	2020	Movimentação		2021
Saldo no início do exercício	115	4	(18)	-
Adições	5	-	(1)	4
Depreciação	158	-	(57)	(1)
Baixa e transferências	958	213	(124)	-
Saldo final do exercício	1.237	217	(201)	(1)

	Consolidado							
	2021	Movimentação				2022	Saldo final do exercício	
Saldo no início do exercício	31.711	76	-	3.544	(1.353)	-	(6.689)	27.289
Adições	1.028	-	-	-	-	-	(1.028)	-
Depreciação	40.104	10.316	11.592	4.300	(11.504)	(12.218)	13.033	55.623
Baixa e transferências	8.318	783	-	1.021	(1.914)	(29)	(27)	8.152
Saldo final do exercício	13.146	1.635	3.967	9.372	(4.821)	(558)	(781)	21.960

	Consolidado							
	2020	Movimentação				2021	Saldo final do exercício	
Saldo no início do exercício	40.104	10.316	11.592	4.300	(11.504)	(12.218)	13.033	55.623
Adições	1.028	-	-	-	-	-	-	1.028
Depreciação	40.104	10.316	11.592	4.300	(11.504)	(12.218)	13.033	55.623
Baixa e transferências	8.318	783	-	1.021	(1.914)	(29)	(27)	8.152
Saldo final do exercício	13.146	1.635	3.967	9.372	(4.821)	(558)	(781)	21.960

	Consolidado							
	2020	Movimentação				2021	Saldo final do exercício	
Saldo no início do exercício	49.696	20.274	16.587	44.556	(12.974)	(690)	(3.899)	113.550
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	49.696	20.274	16.587	44.556	(12.974)	(690)	(3.899)	113.550
Baixa e transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final do exercício	49.696	20.274	16.587	44.556	(12.974)	(690)	(3.899)	113.550

10. Intangível:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Softwares	7.094	7.967	32.283	25.129
Mais-valia de ativos adquiridos	-	-	256.443	196.523
Ágio	-	-	287.568	203.457
Saldo final	7.094	7.967	576.294	425.109

As movimentações dos saldos estão apresentadas a seguir:

	Controladora			
	2021	Movimentação		2022
Saldo no início do exercício	7.967	-	(873)	7.094
Adições	-	-	-	-
Amortização	-	-	(873)	-
Saldo final do exercício	7.967	-	(873)	7.094

	Controladora			
	2020	Movimentação		2021
Saldo no início do exercício	4.221	3.773	(27)	7.967
Adições	-	-	-	-
Amortização	-	-	(27)	-
Saldo final do exercício	4.221	3.773	(27)	7.967

Notas explicativas da DFS HOLDING S.A.

	Consolidado						
	2021	Movimentação				2022	Saldo final do exercício
Saldo no início do exercício	25.129	6.512	8.126	-	(4.730)	(94)	(2.660)
Adições	108.126	-	-	46.280	(11.761)	-	(8.761)
Depreciação	22.116	-	-	18.194	(7.255)	-	-
Baixa e transferências	66.281	-	-	34.303	(11.080)	-	-
Saldo final do exercício	203.457	83.317	-	-	-	-	794
Total	425.109	89.829	8.126	98.777	(34.826)	(94)	(10.627)

	Consolidado						
	2020	Movimentação				2021	Saldo final do exercício
Saldo no início do exercício	17.492	7.236	45	(3.495)	(48)	3.899	25.129
Adições	71.273	46.576	-	(9.723)	-	-	108.126
Depreciação	8.044	18.370	-	(4.298)	-	-	22.116
Baixa e transferências	26.046	46.464	-	(6.229)	-	-	66.281
Saldo final do exercício	203.457	241.189	45	(23.745)	(48)	3.899	203.457

O valor registrado de ágio é composto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 da seguinte forma:

	Consolidado	
	2022	2021
Congebbras	11.359	5.170
Oesa	5.165	5.165
Baía Norte	10.928	10.927
Imperial	25.592	25.592
Frigonepi	15.427	15.427
DB Distribuidora	13.961	13.961
Sol de Maio	4.672	4.672
Cerealista Nova Safra	39.242	39.242
Flecha Foods	20.854	21.568
Johann Alimentos	46.291	44.533
Noia Alimentos	16.303	16.176
Frios Transportadora	1.024	1.024
Fröhlich S/A	38.122	-
SF Distribuidora	1.580	-
Porto Import	10.373	-
Três Passos	12.686	-
WFS Holding	13.990	-
Total	287.568	203.457

(1) Ajustes de preço ocorridos em até 12 meses a partir da data da compra. (2) Ajuste de preço ocorrido no intervalo de até 12 meses após a data de aquisição, referente a ganhos judiciais obtidos pela controlada e que por força do contrato foram reembolsados aos vendedores a título de superveniências ativas. (3) Reclassificação de R\$6.189 de outros ativos intangíveis. Os referidos ágios possuem vida útil indefinida, sendo seu fundamento econômico a rentabilidade futura das Companhias adquiridas, e anualmente são submetidos ao teste de recuperabilidade. Foram desenvolvidos testes de recuperabilidade para os ágios com vida útil indefinida. Todos os fluxos de caixa foram projetados para o período de 5 anos e perpetuados a partir do 6º ano. As taxas de crescimento na perpetuidade foram limitadas a inflação de longo prazo, o que representa que o crescimento considerando a perpetuidade é equivalente a zero, uma vez que as taxas de desconto e o fluxo de caixa foram realizados por métodos nominais. As principais premissas adotadas para estimar o valor recuperável estão abaixo indicadas:

	Taxa Desconto	Taxa de desconto antes dos impostos	Taxa Crescimento perpetuidade (1)	EBITDA médio projetado
Congebras	10,7%	14,8%	3,3%	2,8%
Oesa	10,7%	15,0%	3,3%	10,1%
Baía Norte	10,7%	14,8%	3,3%	5,1%
Imperial	10,7%	15,0%	3,3%	5,5%
Fröhlich	10,7%	15,0%	3,3%	6,7%
Frigonepi	10,7%	14,2%	3,3%	4,0%
Sol de Maio	10,8%	14,2%	3,3%	31,0%
Flecha Foods	10,7%	14,8%	3,3%	6,7%
Johann Alimentos	10,7%	15,0%	3,3%	7,2%
SF Distribuidora	10,7%	14,6%	3,3%	4,9%
Nova Safra	10,7%	14,8%	3,3%	5,9%
Três Passos	10,7%	15,2%	3,3%	8,7%

(1) Foi considerado o crescimento de 3,3%, correspondente a inflação de longo prazo na data base da avaliação. Destaca-se que o fluxo de caixa é nominal, desta forma o crescimento real é equivalente a 0% (zero) na perpetuidade. As receitas foram estimadas considerando o crescimento esperado para seu setor, apresentando crescimento entre 6% a 7% em termos nominais. As taxas de crescimento foram limitadas a capacidade atual do ativo, como também ao mercado que atua. Foram considerados como deduções da receita os impostos incidentes sobre as vendas nos termos da lei e outras deduções quando historicamente consistentes. Os custos e despesas comerciais foram projetados por sua representatividade histórica do último período, sem quaisquer ajustes. As despesas administrativas foram projetadas tendo como base os gastos incorridos no último período, atualizados pela inflação. A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxo de caixa foi de 10,46% composta pela taxa média ponderada de capital CMPC ou WACC, na sigla em inglês (representa aproximadamente uma taxa de 12% antes dos impostos). Como resultado do teste realizado foi concluído que o (custo contábil) destes ativos, quando comparado ao valor em uso estimado pelas principais premissas citadas acima, são inferiores ao valor em uso da unidade geradora de caixa, não gerando necessidade de substituição para provisão de recuperabilidade.

11. Partes relacionadas: Os saldos entre partes relacionadas são apresentados a seguir:

	Controladora	
	2022	2021
Ativo:		
Contas a receber com parte relacionadas:		
OESA S/A	4.308	2.

★ continuação

A movimentação dos saldos a pagar por aquisição de empresas está demonstrado a seguir:

	Considerações transferido		Caixa transferido		Juros	
	31/12/2021	(incluído consideração contingente)	para vendedor	Outras	Incorridos	31/12/2022
Oesa Comércio e Representações	5.244	-	(5.244)	-	-	-
Baia Norte Produtos para Restaurantes Ltda.	5.565	-	(565)	-	-	5.000
Imperial Importação e Exportação Ltda.	12.001	-	-	-	-	12.001
WFS Holding	-	40.984	(30.200)	-	-	10.784
Sol de Maio Ltda.	1.619	-	(1.619)	-	-	-
Frigonepi Comercial e Representação Ltda.	14.000	-	(3.500)	-	-	10.500
DB Distribuidora de Alimentos Ltda.	1.181	-	-	-	-	1.181
Cerealista Nova Safra Ltda.	67.339	-	(17.468)	-	-	49.871
Flecha Foods Ltda.	20.104	-	(6.504)	-	-	13.600
Johann e Noia Alimentos Ltda.	104.068	-	(15.875)	-	-	88.193
Fröhlich S/A	-	159.193	(81.693)	-	-	77.500
SF Distribuidora de Alimentos	-	7.470	(1.744)	-	-	5.726
Porto Import Distribuidora de Alimentos	-	16.108	(8.003)	-	-	8.105
Três Passos	-	43.572	(32.345)	-	-	11.227
FIP ODBG	-	-	-	684	-	684
HOK	-	-	-	-	6	6
Juros incorridos	18.752	-	-	-	16.333	35.085
Outros valores a pagar a antigos sócios	17.143	-	-	-	837	17.980
Total	267.016	267.327	(204.760)	684	17.176	347.443

Caixa adquirido na combinação de negócios

Aquisição do investimento, líquido

16. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade dos processos e o posicionamento dos tribunais, sempre que for provável o desembolso de caixa e o valor possa ser estimado com confiabilidade. A Administração da Companhia e de suas controladas entendem que a provisão constituída de R\$ 38.403 no consolidado (R\$ 24.774 em 31 de dezembro de 2021) é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

	Consolidado	2022	2021
Cível	3.173	669	-
Tributário	29.381	21.608	-
Trabalhista	5.849	2.497	-
Total	38.403	24.774	-

Os processos tributários demonstrados se referem substancialmente a processos de polo ativo. A Companhia possui liminar para realizar os pagamentos através de depósitos judiciais até que seja julgada a ação de forma definitiva. A movimentação da provisão de riscos tributários, trabalhistas e cíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Consolidado	2022	2021
Saldo inicial	24.774	18.020	-
Adição por aquisição de empresa controlada	5.984	90	-
Baixa/Reversão de processos cível	(397)	(121)	-
Início de ação jurídica de origem cível	(1.378)	365	-
Início de ação jurídica de origem trabalhista	3.010	1.749	-
Baixa/Reversão de processos trabalhistas	7.780	(530)	-
Ação tributária depositada judicialmente	(1.370)	5.201	-
Saldo final	38.403	24.774	-

Os processos com probabilidade de perda classificados como possíveis pelos assessores jurídicos correspondem a R\$17.645 (R\$28.805 em 31 de dezembro de 2021 e R\$22.128 em 31 de dezembro de 2020) segregados nas seguintes esferas jurídicas.

	Consolidado	2022	2021
Cível	5.914	1.115	-
Tributário	4.653	22.389	-
Trabalhista	7.078	5.301	-
Total	17.645	28.805	-

Os processos apontados como perda possível de natureza cível se referem a processos por danos morais. Já os processos de natureza trabalhistas se referem a verbas indenizatórias. Os processos tributários são de cunho Estadual e estão em defesa administrativa junto aos Estados. A Companhia e suas Controladas tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, estão registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica no montante de R\$48.403 (R\$40.125 em 31 de dezembro de 2021).

	Consolidado	2022	2021
Cível	570	222	-
Tributário	829	180	-
Tributários	46.778	39.723	-
Total	48.177	40.125	-

A controlada Oesa Comércio e Representações S.A. era parte investigada, juntamente com outros distribuidores, produtores e entrepostos frigoríficos de Santa Catarina, despachantes aduaneiros e fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) de Santa Catarina, em Inquérito Policial distribuído perante a Justiça Federal de Itajaí sob o nº 5012044-62.2016.4.04.7208 em 15/08/2016 pela Delegacia de Polícia Federal em Itajaí/SC - Superintendência Regional em Santa Catarina, conhecido como Operação Fugu. O Inquérito versava sobre supostos crimes contra o consumidor, contra a saúde pública e corrupção relacionados aos processos de importação de pescados congelados de países como China e Vietnã. Esse processo foi arquivado no exercício de 2022 não resultando em nenhuma consequência ou condenação da Companhia ou suas controladas.

17. Patrimônio líquido: Capital social: Em 07 de junho de 2022, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$64.549, mediante emissão de 64.548.989 novas ações. Em 28 de maio de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$87.665, mediante emissão de 87.664.871 novas ações. Em 01 de dezembro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$74.213, mediante emissão de 74.212.693 novas ações. Em 31 de dezembro de 2022 o capital integralizado da Companhia é de R\$ 756.137 (R\$691.588 em 31 de dezembro de 2021), com a composição acionária a seguir:

	2022		2021	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Brazilian Private Equity V - Fundo de Investimento em Participações	583.236	76,77	519.029	74,66
Avo Capital Fundo de Investimento em Participações	147.528	19,42	147.528	21,22
Multiestratégia	25.373	3,81	28.613	4,12
Outros	756.137	100	695.170	100

Reserva legal: Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. **Transações entre sócios:** Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 14 de novembro de 2017, foi aprovada a troca das ações ordinárias detidas pelos acionistas não controladores nas controladas Oesa e Congebras por 170.893.330 ações ordinárias da Companhia, no montante de R\$170.893, correspondentes a 41,28% de participação. A troca de ações foi efetuada com base no valor das ações nas datas originais de aquisição das participações nas controladas pela Companhia, conforme laudos de avaliação econômica emitidos por avaliadores independentes. O excesso de preço na troca de ações calculado pela diferença entre o valor do aumento de capital e o saldo do investimento recebido, no montante de R\$102.450, foi classificado como transações entre sócios no patrimônio líquido, uma vez que decorre de transações entre empresas sob controle comum. **Dividendos:** Aos acionistas é assegurada a distribuição de 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da legislação societária.

	Consolidado	
	2022	2021
Reculta de vendas e serviços	4.629.108	3.109.389
(-) Dedução da receita bruta	-	-
Impostos	(547.144)	(345.495)
Provisão para perdas esperadas com clientes	(13.080)	(14.232)
Devolução de vendas e serviços	(95.043)	(72.555)
Reculta líquida	3.973.841	2.677.107

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Mercadorias de revenda	-	-	(3.286.152)	(2.156.150)
Depreciação e amortização				
Depreciação	(250)	(201)	(22.638)	(12.974)
Amortização	(896)	(27)	(4.730)	(23.745)
Amortização mais-valia de ativos	(49)	(632)	(30.096)	(28.935)
Serviços de terceiros	(639)	(2.654)	(107.306)	(53.064)
Salários e encargos sociais	(13.832)	(4.211)	(216.120)	(189.541)
Comissões	(68)	-	(102.923)	(66.862)
Fretes e agregados	-	-	(61.914)	(68.701)
Serviços de armazenagem	-	-	(2.777)	(7.760)
Aluguel e condomínio	(410)	-	(35.931)	-
Energia elétrica	(17)	-	(13.277)	(10.798)
Outras despesas	(1.415)	(3.256)	(8.244)	(4.642)
Total	(17.576)	(10.981)	(3.892.108)	(2.623.173)

Classificados nas seguintes rubricas na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo das mercadorias vendidas	-	-	(3.286.152)	(2.156.150)
Despesas com vendas	-	-	(502.962)	(321.061)
Despesas gerais e administrativas	(22.188)	(15.556)	(112.010)	(173.001)
Outras receitas (despesas)	-	-	-	-
operacionais, líquidas	4.612	4.938	9.016	27.039
Total	(17.576)	(10.618)	(3.892.108)	(2.623.173)

Notas explicativas da DFS HOLDING S.A.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Descarga de mercadorias	-	-	3.594	3.096
Recuperação de despesas	4.612	4.938	708	1.270
Alienação de imobilizado	-	-	1.406	7.253
Recuperações tributárias	-	-	393	16.370
Outros	-	-	2.915	(949)
Total	4.612	4.938	9.016	27.040

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as controladas OESA e Imperial tiveram superveniências ativas no valor total de R\$25.153, dos quais R\$17.008 refere-se a créditos oriundos de ganho com ação de estorno do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Esses valores referem-se a temas de empresas adquiridas pelas duas controladas que, por força de contrato, foram repassados aos vendedores. No decorrer do ano de 2021, as investidas Oesa, Nova Safra, Congebras e Imperial, lograram êxito em ações tributárias que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS bem como o ressarcimento de ICMS-ST pago na venda para não contribuintes.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	-	4	5.561	909
Juros ativos	-	-	29.699	14.094
Juros Selic	-	-	-	5.768
Varição cambial ativa	-	-	4.128	1.957
Total	-	4	39.388	22.728

Despesas Financeiras:

Juros sobre passivos financeiros	(57)	(78)	(26.110)	(19.229)
Juros sobre direito de uso de imóveis	(90)	(50)	(10.293)	(7.072)
Varição cambial passiva	-	-	(6.093)	(3.764)
Outras despesas financeiras	(15)	(4)	(14.715)	(8.613)
Total	(162)	(132)	(57.211)	(38.678)

Resultado financeiro

Total	(162)	(128)	(17.823)	(15.950)
-------	-------	-------	----------	----------

No decorrer do ano de 2021, as investidas Oesa, Nova Safra, Congebras e Imperial, logram êxito em ações tributárias que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS bem como o ressarcimento de ICMS-ST pago na venda para não contribuintes. A atualização financeira referente a essas recuperações, totalizam R\$5.768 e estão demonstradas na linha de Juros Selic como receitas financeiras.

22. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: a) **Correntes:** O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	42.598	27.907	63.910	37.984
	42.598	27.907	63.910	37.984
	34%	34%	34%	34%
	(14.483)	(9.488)	(21.729)	(12.915)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	-	-	4.110	7.631
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL	-	-	9.140	6.475
Diferenças permanentes:				
Incentivos fiscais	-	-	-	(2.850)
Apuração de lucro presumido em controladas	-	-	-	-
Bônus administrativo	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	20.531	13.328	-	-
Brindes	-	-	-	(197)
Créditos não constituídos	(7.346)	-	(172)	(4.258)
Atualização SELIC	-	-	-	1.271
Baixa de créditos por incorporação	-	-	(5.444)	-
Despesas indedutíveis	-	(22)	(7.339)	(3.043)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ e CSLL creditados (debitados) ao resultado do exercício	(1.298)	2.191	(21.434)	(7.886)
Correntes	-	-	(28.822)	(21.662)
Diferidos	(1.298)	2.191	7.388	13.776
Total	(1.298)	2.191	(21.434)	(7.886)

b) **Diferidos:**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo:				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.894	7.947	-	-
Provisão de comissões	6.444	11.555	-	-
Provisão de fretes	509	-	-	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	9.876	3.288	-	-
Provisão para realização de estoques	1.138	950	-	-
Base negativa de IRPJ/CSLL	51.444	48.692	-	-
Efeitos IFRS 16	19.841	6.629	-	-
Mais-valia aquisição de participações societárias	36.771	27.617	-	-
Agio na aquisição de empresas	(38.326)	(6.024)	-	-
Provisão para pagamento de bônus	19.532	10.786	-	-
Provisão de contas a pagar	8.059	15.453	-	-
Venda de imobilizado intercompany	15.831	-	-	-
Outras provisões	16.403	145	-	-
Total	154.416	127.338	-	-
Alíquota aplicável estimada	34%	34%	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	52.501	43.193	-	-

Reconciliação da variação dos impostos diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	4.640	2.449	43.193	29.416
Saldos advindos de combinação de negócios	-	-	1.920	-
Registro de tributos diferidos ao resultado	(1.298)	2.191	7.388	13.777
Saldo no final do exercício	3.342	4.640	52.501	43.193

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram a perspectiva de lucratividade futura, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a seis anos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente base negativa de IRPJ/CSLL, contingências fiscais, provisões para bônus e comissões e provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de realização. A Companhia, apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de 43.570 (R\$48.692 em 2021) nas demonstrações financeiras consolidadas. Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A expectativa de compensação do prejuízo fiscal da Companhia é de 6 anos. Se a Companhia fosse capaz de reconhecer todos os ativos fiscais diferidos não reconhecidos, haveria aumento de lucro em R\$14.814 (R\$10.515 em 2021).

23. Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS 16: A Companhia possui contratos de arrendamento de imóveis, máquinas, veículos e outros equipamentos utilizados em suas operações. Os prazos de arrendamento dos imóveis geralmente variam entre 2 e 30 anos, enquanto veículos e outros equipamentos geralmente têm prazos de arrendamento entre 3 e 5 anos. As obrigações da Companhia nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Geralmente, a Companhia está impedida de ceder e sublocar os ativos arrendados e alguns contratos exigem que a Companhia mantenha certos índices financeiros. Existem vários contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e de rescisão, conforme discutido abaixo. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado de acordo com o prazo de cada contrato. A Companhia também possui alguns arrendamentos de máquinas com prazos iguais ou menores que 12 meses e arrendamentos de equipamentos de escritório de baixo valor. Para esses casos, a Companhia aplica as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamento de ativos de baixo valor. A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o período:

	Controladora		Total	
	Imóveis	Total	Imóveis	

★ continuação

DFS HOLDING S.A.

Diretoria		Contador
Alessandro Chiaramitara - Diretor Presidente	Patrícia Diniz de Paiva - Diretora Financeira	Vagner da Silva Serafim - CRCPR - 060752/O-2 T SC

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da **DFS Holding S.A.** - São Paulo (SP) - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DFS Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na nota explicativa 3.17, a Companhia apresentou pela primeira vez as demonstrações do valor adicionado (DVA), portanto, os valores correspondentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão

conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de

distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Blumenau, 09 de fevereiro de 2023



ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S/S Ltda.
CRC-SC000048/F
Cleverson Luís Lescowicz
Contador - CRC-SC027535/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>